

RACIONALIDADES PRESENTES NA ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO VIDA VIVA – VARGINHA/MG

Luziana Karla Braga de Souza¹

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um estudo sobre as racionalidades presentes na “Vida Viva” – Associação do Voluntariado de Varginha/MG, que é uma associação civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social, sem fins econômicos, fundada em 22/07/1996, inscrita no CNPJ sob o nº 01.355.795/0001-13, que tem por finalidade o atendimento assistencial complementar aos pacientes oncológicos do Centro de Oncologia da Fundação Hospitalar do Município de Varginha/MG; pelo enfoque de uma perspectiva crítica, considerando-se a relação entre o público e privado.

Este artigo reflete o esforço em conciliar a proposta de pesquisa da dissertação, qual seja: “Um Estudo do trabalho voluntário a partir da Teoria das Representações Sociais - o caso da Associação VIDA VIVA”, com o foco principal estudado na disciplina “Políticas Públicas em interfaces entre o público e o privado”, que é, justamente a tensão entre o público e o privado, a qual, considerando-se este trabalho, pode ser identificada por uma perspectiva crítica. Salienta-se a dificuldade de distinguir e direcionar o binômico público-privado, onde hoje existe uma linha tênue a direcioná-los, baseada na globalização e na Administração Policêntrica.

Palavras-chave: Voluntariado. Trabalho Voluntário. Vida Viva. Racionalidades.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é discutir uma perspectiva crítica do voluntariado, que problematiza a crise e as incapacidades do Estado e do Mercado com o crescimento do chamado Terceiro Setor. Foi realizada uma pesquisa de campo no dia 08/03/2016 (Café com Prosa), como o início dos estudos para a dissertação. Foram sistematizados alguns conceitos primordiais, como por exemplo, os conceitos de racionalidade substantiva e instrumental, baseado nos trabalhos Serva (1993, 1996 e 1997).

¹ Discente do Programa de pós Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha/MG (luzianakarlabragadesouza@yahoo.com.br)

A primeira seção conceitua as racionalidades, o trabalho do gestor público e o voluntariado. A segunda seção menciona um histórico da “VIDA VIVA” e a análise sobre as racionalidades presentes na associação. A terceira seção aborda a perspectiva crítica de Montañó (2010) e Santos (2013). A quarta seção traz uma breve conclusão.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com a gestora, funcionários da associação, voluntários, análise de documentos e observação da dinâmica da associação, bem como, por meio da observação participante, e foi feito um vídeo no “Café com Prosa”, no dia 08.03.2016, realizado pela diretoria e administração da associação, direcionado aos voluntários. Verificando-se no cotidiano gerencial em análise, há influência de aspectos típicos de ambas as racionalidades. Esta pesquisadora cadastrou-se como voluntária no dia 14 de julho de 2015, na associação, iniciando o trabalho voluntário e observação no dia 16 de julho de 2015, permanecendo até o presente momento. Dessa forma, foi possível perceber a dinâmica da associação e as racionalidades existentes, bem como, traçar um paralelo com a perspectiva crítica.

2 RACIONALIDADES, O TRABALHO DO GESTOR PÚBLICO E VOLUNTARIADO

Os estudos sobre a racionalidade nas organizações foram baseados no livro de Guerreiro Ramos: “A Nova Ciência das Organizações” (1981). Maurício Serva criou um modelo de análise de racionalidades surgindo uma proposta analítica nas práticas de gestão que foi publicado em 1997 (SERVA, 1997a, 1997b). O estudo das racionalidades, com base em Guerreiro Ramos (1981 e 1983) e Serva (1993,1996,1997) e a perspectiva crítica são o foco deste trabalho, já que Guerreiro afirma que os gestores agem considerando ambas as racionalidades (substantiva e instrumental). Guerreiro (1989) afirma que “o homem é um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso crítico” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 52, apud Santos; Serva, 2013).

Necessárias foram algumas adaptações para o presente trabalho. No livro “A Nova Ciência das Organizações”, Guerreiro Ramos (1989) faz um repensar da ciência social considerando a racionalidade substantiva, conceituando como “Teoria Substantiva da Vida Humana Associada”. Guerreiro busca conceitos de ética de responsabilidade e ética da convicção em Max Weber. Assim, as duas éticas e as duas racionalidades agem em um mesmo contexto. Maurício Serva propôs demonstrar na prática administrativa a racionalidade substantiva. Segundo SERVA, “não há exclusividade de um só tipo de racionalidade nas ações dos indivíduos que compõe as organizações produtivas (SERVA, 1997, p. 23).

Nesse contexto, os autores de uma maneira geral concordam a respeito de ser necessário melhorar a gestão do Voluntariado, sobressaindo duas correntes, quais sejam: modelo de Gestão Social, baseado na Teoria da Ação Comunicativa, inclusão social e desenvolvimento humano, e estão Empresarial, orientada para o êxito, baseada na sociedade industrial, solapando a oportunidade da construção de sujeitos críticos e autônomos (TENÓRIO, 2002; HABERMAS, 2004, apud Osvaldo Lopes Moreno Junior, dissertação de Mestrado - 2014).

No que pertine ao Gestor Público e seu trabalho, salienta-se que a racionalidade substantiva está diretamente ligada à gestão social. Assim, Junquillo (2001) expõe:

A noção da prática social permite, portanto, desmistificar o folclore dos "super heróis" organizacionais, à medida em que possibilita pensar-se os cenários organizacionais como dotados de significados diversos, produtos da ação dos seus atores, ação aquela que, por outro lado, é reflexo de regras e convenções sociais de uma dada sociedade. A contribuição dessa perspectiva é ainda mais relevante, pois permite ainda assinalar-se que a ação gerencial embora refletindo estruturas institucionalizadas, não são exclusivamente determinadas por essas últimas, pois, por meio de suas próprias ações os atores podem ser capazes de transformar aquelas mesmas estruturas. Essa contribuição torna-se ainda mais valiosa, tendo-se em vista o contexto de mudanças pelo qual passam as organizações contemporâneas, assoladas por modelos de gestão que trazem, embutidos em seus pressupostos, receituários sobre como tornar aquelas últimas, mais produtivas (JUNQUILHO, 2001, p.315.)

Guerreiro (1983,1989) nos ensina que é necessária outra concepção de gestores públicos, pois eles deixam de ser apenas administradores de organizações, para serem administradores da sociedade, que, além dos objetivos organizacionais, consideram em suas ações, também, elementos ligados à subjetividade e aos valores.

Utilizamos conceitos como racionalidade substantiva e instrumental como categorias de análise, para se realizar a pesquisa. Dessa forma:

- Racionalidade Substantiva: “(...) ação racional substantiva, com base nos estudos de Guerreiro Ramos e Habermas: ação orientada para duas dimensões. Na dimensão individual, que se refere à auto realização, compreendida com concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, nas direções da responsabilidade e satisfação sociais (SERVA,1997).Tem-se, pois, como características da racionalidade substantiva as seguintes: a auto realização, que abrange a concretização do potencial de cada sujeito, conduzindo à satisfação; o entendimento; o julgamento ético; a autenticidade, ladeada pela honestidade, integridade e franqueza dos indivíduos em suas interações; aos valores emancipatórios, que evoluem no sentido de sentimentos de mudança e melhoramento do social que conduza ao bem-estar coletivo; e a autonomia, assim considerada

a “condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações” (SERVA, 1997, p. 22). Deste modo, conforme concepção de Guerreiro Ramos (1981), a racionalidade substantiva se apresenta em contraposição à racionalidade instrumental.

- Racionalidade Instrumental: segundo Serva (1997), tem por características as seguintes: o cálculo, como uma projeção da ação humana; os fins, como metas que visam ao aumento de poder; a maximização de recursos, buscada a nível máximo, sem questionamento éticos no tratamento dos recursos; o êxito e resultados, observando o processo competitivo característico das sociedades capitalistas; o desempenho; a utilidade, como um valor generalizado; a rentabilidade, tida como retorno econômico advindo do êxito e dos resultados; e a estratégia interpessoal, abrangendo a influência planejada sobre o outro, com vistas a atingir os seus pontos fracos.

2.1 Voluntariado: Vida Viva

No que pertine ao voluntariado, salienta-se que a ONU – Organização das Nações Unidas declarou o ano de 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado. Este tem assumido novas configurações que dependem do contexto social que vivenciam. É um tema que está dentro da discussão do Terceiro Setor, em virtude disso, uma perspectiva crítica baseada em Montaño (2010) e Santos (2013). O voluntariado é um fenômeno social, como ator social, o voluntário assume um papel importante, tanto na perspectiva dos beneficiários quanto na perspectiva da associação onde trabalham e da sociedade na qual está inserida.

Para se pensar em ONGs, necessário se faz uma definição sobre o tema, onde várias instituições somam práticas diversas, se autodenominando Organização Não Governamental. Segundo Fraga (1995, p. 1), “ONGs configuram-se, historicamente, como um campo de práticas sociais comuns a entidades que interagiram no sentido de apoiar atores sociais emergentes na luta por seus direitos”. Assim, afirma o autor, que “tais instituições devem ser compreendidas pelas suas ações e atividades engendradas na esfera pública”. Abrange uma série de instituições que cresceram com identidade comum.

Para Marçon e Escrivão Filho (2001), as organizações do terceiro setor, também denominadas paraestatais e entes de cooperação, se apresentam como uma expressão da denominada racionalidade substantiva. O termo voluntário numa acepção do senso comum possui dimensão ampliada, não se restringindo às perspectivas institucionais; é um agir pessoal e espontâneo, em prol do outro que precisa de ajuda. É uma ação gratuita e

espontânea. O Voluntariado e sua história se traduzem em um conceito contemporâneo de voluntariado, onde as transformações sociais fizeram a necessidade da ampliação do voluntariado. Hoje, o voluntariado é muito mais do que o caráter de gratuidade, havendo diferentes perspectivas sobre o conceito e da própria prática do trabalho voluntário.

A “Vida Viva” tem por missão promover gratuitamente o atendimento assistencial aos pacientes oncológicos, de todas as faixas etárias e ambos os sexos, da cidade de Varginha e região, contribuindo assim, para uma melhor qualidade de vida no período de tratamento.

Almeja ser reconhecido no Estado de Minas Gerais pela excelência em serviços prestados em prol dos pacientes com câncer. Possui como valores o amor, respeito, gratidão, honestidade e prestabilidade. É composta e constituída pela assembleia geral (órgão deliberativo), diretoria (órgão administrativo, objeto do presente trabalho) e conselho fiscal (órgão fiscalizador).

Não fazendo parte da administração direta do Estado, pertencendo ao Terceiro Setor, a associação não recebe aporte financeiro de qualquer esfera governamental, sobrevivendo do serviço de doação efetuado pelo telemarketing, que busca as doações, e projetos sociais que propagam a VIDA VIVA. Pelas suas áreas de atuação e as atividades desenvolvidas, é possível concluir que apesar de ser uma instituição privada, a associação trabalha com o interesse público. Aliás, é um interesse efetiva e puramente público, no sentido mais sublime da palavra voluntariado.

A “Vida Viva” é constituída por número ilimitado de associados, que estejam na condição de fundadores, beneméritos, contribuintes e voluntários. O quadro de pessoal da associação (em seu órgão administrativo) é composto por 9 funcionários celetistas, cargos de admissão por escolha da gestora, sendo uma assistente social, uma farmacêutica, uma psicóloga, um motorista, uma gerente administrativa, duas faxineiras, uma assistente administrativa, e o Sr. Ivan (“que resolve tudo e dá suporte em tudo”) conforme fala da própria gestora. Todos contratados formalmente como recepcionistas, recebendo R\$ 990,00 reais mensais. É necessário mencionarmos que existe um serviço de Telemarketing, serviço terceirizado à empresa Verbo Comunicação, o qual funciona no “prédio novo”, e que não foi objeto do presente estudo. Atualmente, a associação conta com um centro jurídico em parceria com a OAB para atendimento jurídico dos pacientes.

A gestora atual é a senhora Meryvone Mansur Bísvaro, co fundadora da associação. A associação foi fundada em 1995, quando começou a oncologia em Varginha/MG, tendo sido registrada em 1996. A gestora permaneceu até 2004. De 2004 a 2008 foi eleita vereadora da cidade. Retornou como presidente da associação na votação de dezembro de 2014, exercendo de forma exclusiva a função de gerência/presidência, nos termos dos artigos 18,19 e 20 do

Estatuto Social. São funções da Presidente da VIDA VIVA as de representação da associação, de gerenciar as atividades administrativas e de pessoal, incluindo organização, divisão e controle das atividades. A atual diretoria é muito comprometida com a missão da associação (“vestindo a camisa”), conforme expôs a atual gestora.

Os documentos analisados foram o livro de Atas das Assembleias, Plano de Ação de 2014, o Relatório Anual de Atividades Desenvolvidas em 2013, o Estatuto da Associação VIDA VIVA e o Manual da Voluntária/diretriz de trabalho da voluntária. Os documentos fornecidos foram suficientes para a análise e investigações. No que pertine às observações *in loco* sobre as racionalidades presentes na associação, a mesma possibilitou total acesso às atividades, demonstrando grande satisfação e apreço no trabalho desta pesquisadora. Assim, foram realizadas várias observações durante as entrevistas e várias visitas posteriores para obtenção de documentos e informações. Os servidores do quadro administrativo realizam as atividades meio necessárias para a consecução da atividade fim da associação, conforme divisão e instruções da gestora.

O trabalho buscou identificar se nas práticas gerenciais da “VIDA VIVA” existem as racionalidades instrumental e substantiva, e também na rotina e dinâmica diária se refletem as racionalidades. As entrevistas com a gestora da “VIDA VIVA” e funcionários, a análise de documentos os mais variados possíveis (incluindo fotografias), estatuto social e regulamentos internos da associação, bem como, a observação e efetiva participação da atividade cotidiana de voluntária, foram alguns métodos de pesquisa.

Assim, constatamos efetivamente que a gestão vivenciada, literalmente, existe a presença das racionalidades instrumental e substantiva, constante nas práticas de gestão da Associação. Finalmente, salientamos que o trabalho realizado possui diversas limitações, algumas inerentes à própria pesquisadora.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas entrevistas abertas, de maneira que a gestora pode se manifestar sem intervenção direta. Avaliação é feita pela própria gestora (informalmente). Quando perguntada sobre o trabalho realizado na Associação, afirmou que: “Não há divisão de trabalho rígida entre os funcionários, exercendo cada um a função na qual se mostrou mais apto. A gestora afirmou que “deixa os funcionários um pouco a vontade, até mesmo para perceber se tem o jeito e o coração para tratar com os doentes. O termômetro da gestora para a contratação é o paciente.”

Nesse espeque, tanto as pessoas contratadas, como a forma em que o serviço é prestado, dependem consideravelmente das características pessoais da gestora. Conforme se pode perceber nas entrevistas e no dia a dia do trabalho voluntário, as circunstâncias indicam que desde a contratação até a divisão do trabalho, o serviço da associação apresenta traços de ambas as racionalidades. A gestora é co fundadora da associação, possuindo conhecimento sobre a gestão. Com o processo de eleições, e apesar dos diversos órgãos, as deliberações partem da diretoria administrativa.

Outra categoria analisada dentro das racionalidades foi arbitrariedade e imprevisibilidade, características que definem tratamento diferente para casos semelhantes; casuísmo; impossibilidade de conhecimento prévio da solução que será dada a cada caso concreto; inexistência de razão *a priori*. Em entrevista, considerando que há um procedimento legal (carteirinha azul) para agendamento e atendimento na Vida Viva, a gestora afirmou que “há situações em que o atendimento é feito sem a observação do procedimento legal”. Em outra vertente, considerando que há assistente social, psicóloga, farmacêutica, etc. Foi questionado se a manifestação das mesmas é uniforme, conduzindo os atendimentos da mesma maneira ou se há discricionariedade nas manifestações, para constatar se todos aqueles que procuram atendimento são tratados da mesma maneira ou se há arbitrariedade no tratamento. Verificar, ainda, em ata de atendimento se ocorrem atendimentos não previamente marcados (ocasionais); verificando se é seguido um procedimento uniforme e padrão; se há determinação para ser seguido um procedimento único.

Nas observações, identificar se no dia a dia do trabalho voluntário se os assistidos podem contar efetivamente com a ajuda da Vida Viva frente as suas necessidades diárias. Nesse contexto, observar se existem problemas com a prestação do serviço. A gestora afirmou que “tem autonomia para decidir as coisas, que não leva tudo para a diretoria. Alguns assuntos mais relevantes passam pela diretoria (exemplo: gastos mais elevados), por meio da reunião mensal que consta no Estatuto. Mas existem intercorrências diárias, que são imprevisíveis”.

Por determinação de norma geral da Vida Viva, o atendimento ao público é feito, em regra, por meio da apresentação da carteirinha azul da oncologia, com inscrição no SUS. Porém, há casos em que interessados são atendidos sem o procedimento prévio, por livre arbítrio da assistente social e ou da gestora. As manifestações dos funcionários não precisam ser uniformes. No entanto, a gestora pauta pelo entendimento. A gestora afirmou que a associação possuía o certificado de fins filantrópicos (hoje denominado de Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social) e que perdeu o certificado de assistência na

esfera federal, tendo sido transferido para a saúde. Isso se deu por causa de um relatório feito em 2008 pela antiga assistente social. Afirmou “a gestora que foi um erro de assistente social da época, que enfatizou o trabalho realizado com as doações materiais”.

Segundo falas da própria gestora: “Quando teve a tipificação das entidades, fomos tipificados como saúde. Mas, na verdade, a associação trabalha na área social (seu foco). Atualmente, está tentando reverter esse fato judicialmente. A associação está inserida no CMAS – conselho municipal de assistência social, no CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social, através da SEDESE-. “Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social”. A gestora disse que existem problemas com a prestação do serviço com outras entidades não cadastradas, as quais falam em nome da associação, se fazendo passar por componente do quadro. Isso prejudica a credibilidade da associação. Com relação aos recursos, a sociedade civil viabiliza as doações, por meio do telemarketing.

Na análise documental: verificar a quantidade de normas que regem a atividade da gestora da VIDA VIVA, bem como, a quantidade de normas emanadas da própria gestora. Na observação, identificar se o órgão sob análise (diretoria – órgão administrativo) trabalha, predominantemente, conforme leis e demais normas infra legais. Nas evidências, foi possível concluir que a função de gestão da VIDA VIVA está vinculada a leis e demais normas. Há ainda regulamentações internas da VIDA VIVA, para implementar divisões de tarefas, novas rotinas de trabalho, férias de funcionários, entre outros. Além disso, há procedimentos e implantados pela VIDA VIVA para verificar se a gestora está agindo conforme as normas expedidas.

Dessa maneira, para quase todas as atividades exercidas na VIDA VIVA há procedimentos preestabelecidos (instrumentalidade), desde o atendimento dos doentes e família, até a realização de eventos/festas beneficentes. Esses procedimentos são estabelecidos por normas internas da VIDA VIVA. Os funcionários empregam sua força de trabalho para cumprir os procedimentos estabelecidos, havendo funcionários que exercem funções estritamente burocráticas, como arquivo, cadastro de entrada e saída de medicamentos (polícia federal controla, por exemplo, o uso da morfina) e doações, etc. Mas o procedimento e a forma são menos utilizados quando se leva em conta as intercorrências diárias/ocasionais, que são imprevisíveis (“usa-se o bom senso e a intuição, conforme afirmou a gestora”).

Em entrevista: verificar se existe alguma busca pelo resultado mais econômico, com fixação de prazo e metas. Na análise documental: procurar a existência de atos normativos que fixem metas, bem como orientações que tratem sobre a economia de recursos e celeridade

nas respostas. Nas observações, averiguar se há realmente uma preocupação dos funcionários e voluntários com a economia e celeridade de seu trabalho. Assim, a gestora afirmou que “tem sido fixadas metas a serem atingidas pela Associação. Atualmente, tem sido fixado plano de ações prioritárias, com o objetivo de efetuar um controle da real situação das doações”. Na atividade-fim de promoção gratuita do atendimento assistencial aos pacientes oncológicos e contribuição para uma melhor qualidade de vida no período de tratamento, a atual gestora demonstrou preocupação com a realização de práticas de registro, fichamento e documentação de todos os dados financeiros. Afirmou, ainda, “que a meta financeira é sempre cumprida”.

Em entrevista: questionar se houve alguma reforma na forma de gestão, com uma maior preocupação com planejamento estratégico. Na análise documental, certificar se a instituição possui um planejamento estratégico redigido, com as diretrizes, a missão, a visão de futuro. Nas observações: atentar para a efetiva preocupação dos funcionários e voluntários com esse planejamento estratégico, cálculos e fins.

A gestora afirmou que, “inicialmente, buscou propósitos substantivos/identitários. Mas que, no dia a dia do trabalho da associação, foi obrigada a pensar e agir de modo instrumental e competitivo, buscando sempre dar credibilidade à associação perante à sociedade civil”. Essa categoria analítica está presente e encontra-se demonstrada pela existência de um planejamento (plano de ação) elaborado pela gestora. Também foram implantados sistemas de controle de doações, conferindo uma visão mais instrumental da atividade, com o fornecimento de relatórios. Iniciou-se, ainda, uma preocupação com o treinamento dos funcionários e voluntários. Outra observação a ser apontada é a total consciência dos funcionários e voluntários da utilidade de um planejamento.

Outra categoria analisada nas racionalidades foi o público alvo, com: foco no doente e sua família, ligada aos valores emancipatórios da associação como um sistema de valores principais. Em entrevista, perguntar em quem devem ser focadas as ações da Associação VIDA VIVA e a forma em que o cidadão adoecido é visto. Na análise documental: atestar se há alguma orientação no sentido de focar as ações em benefício do doente e de sua família. Nas observações, analisar como são tratados os doentes e suas famílias quando procuram o serviço da Associação.

Conforme palavras da própria gestora, “houve uma clara mudança de visão do usuário da Associação, sendo uma associação do voluntariado ligada muito mais ao cidadão-adoecido, este era visto apenas como doente e tratado dessa forma. Agora, ocorreu uma transformação dessa visão, sendo o doente tratado mais como cidadão usuário, do que como um doente destituído de direitos”. Por exemplo, ocorreu a mudança nas formalidades para o

atendimento. A gestora afirmou que o seu foco é o bem estar do paciente. Para tanto, voltou com a “turma da acolhida”, projeto que havia sido afastado, entre outros. Outra mudança foi forma de atendimento do cidadão adoecido, passando a um prisma mais humano. A gestora afirmou ainda “que o antigo gestor tinha um foco mais administrativo e instrumental, foi quando construiu a nova sede”. Afirmou em entrevistas que “seu foco é o carinho, o amor, a atenção dedicados ao doente e seus familiares”.

Conforme observado diariamente, a gestora demonstrou no dia-a-dia a possibilidade de existir e efetivamente aplicar a racionalidade substantiva na prática administrativa da associação, por meio de evidências (“quando afirmou que a funcionária X não possui o coração para tratar com o doente”, por exemplo) e ações diárias na tomada de decisão. Pude identificar a predominância da razão substantiva. A gestora afirmou que “buscou, inicialmente, a auto realização, na esfera individual, e posteriormente, consciência e responsabilidade sociais, quando perguntada sobre a esfera grupal”.

Outra categoria analisada foi o novo perfil do gestor público, que: corresponde ao desenvolvimento de capacidades políticas e sociais, além dos conhecimentos técnicos, capazes de dialogar com a sociedade. Ex.: projetos pedagógicos distintos, novas disciplinas, antídoto contra o pessimismo, etc. Novas competências, aproximando-o do agente social reflexivo (hábil em conduzir projetos, negociar, aproximar interesses e estimular a participação e a cooperação). Nas observações, observar a postura da gestora na sua relação com a sociedade e o cidadão adoecido; e sua atitude otimista diante da realidade do trabalho voluntário, no que pertine à responsabilidade e satisfação sociais.

Também foram encontradas evidências da existência dessa categoria analítica internamente. Existe sim a preocupação com a inclusão e com a abertura da associação à participação social, para serem co-gestores das decisões tomadas. A relação entre a gestora e a sociedade é de participação, estando justificado isso no próprio espírito do voluntariado, em que o gestor pode negociar/dialogar suas decisões.

A última categoria analisada foi a satisfação social. Em entrevista: Questionar se a associação busca como objetivo a melhoria na qualidade de vida dos doentes e suas famílias, bem como, transformações de ordem social. Na análise documental, pesquisar se há algum normativo institucional conferindo à sociedade o papel de melhoria na qualidade de vida da população. Nas observações, averiguar se há uma preocupação efetiva da associação quanto à satisfação social.

De acordo com as entrevistas, foi possível perceber que a gestora demonstrou claramente uma preocupação com a responsabilidade e satisfação social. Em suas falas,

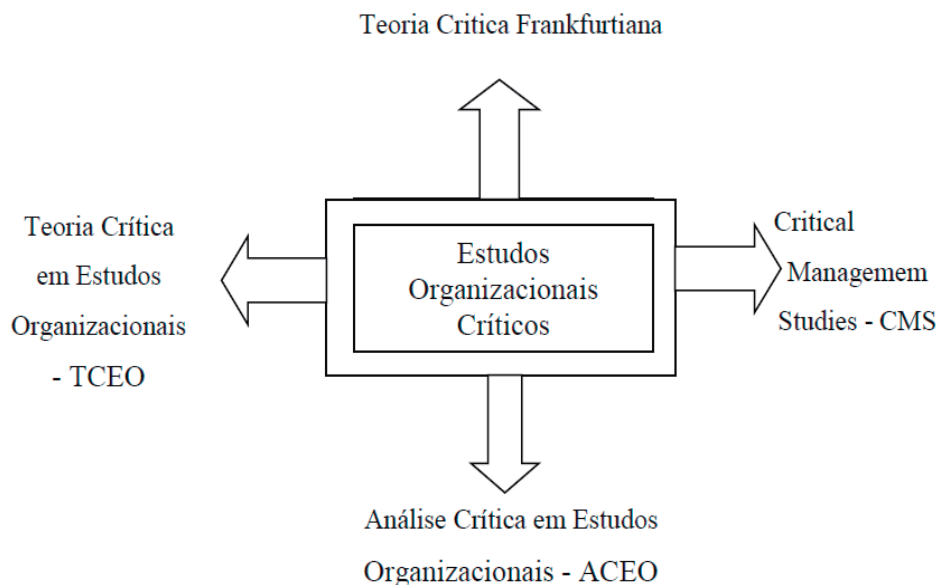
afirmou que “é uma forma da sociedade ter consciência da existência e do trabalho realizado pela associação, buscando transformações de ordem social. A evidência dessa preocupação se dá até mesmo por meio dos eventos realizados pela associação. (Boi no Rolete é o principal evento)”.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO: PERSPECTIVA CRÍTICA DE MONTAÑO (2010) E SANTOS (2013)

Se considerarmos uma dimensão crítica, é possível imaginar outra maneira de se pensar a sociedade, de forma a salientar as contradições da sociedade capitalista. Porém, necessário explicitar, a título de esclarecimento, as primeiras informações sobre a Teoria Crítica, para fundamentar o desenvolvimento da argumentação, não se pretendendo esgotar o tema neste.

Para tanto, o autor Faria (2009) faz uma análise muito pertinente sobre as correntes críticas que existem no Brasil, conforme quadro a seguir:

Figura 1: Teoria Critica Frankfurtiana



Fonte: FARIA, (2009)

O referencial conceitual crítico deste artigo é a perspectiva crítica da Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica Habermasiana. Segundo Tenório (1998), a perspectiva teórico-crítica da Escola de Frankfurt, que surge na Alemanha nos anos 30, na Universidade de Frankfurt, discutiu a racionalidade instrumental como razão inibidora da emancipação do

homem. Habermas, da segunda geração Frankfuriana, traz o conceito de racionalidade comunicativa, “procurando estabelecer elementos conceituais democratizadores das relações sociais na sociedade contemporânea” (TENÓRIO, 1998, p.8). O fundamento para realizar a perspectiva crítica sobre o voluntariado está em Habermas, mencionado por Tenório (1998), afirmando que o dever do pesquisador crítico é o de revelar as tendências negativas que na sociedade impedem a emancipação do homem. Ainda segundo Tenório (1998):

“O objetivo de Habermas é, portanto, desenvolver uma teoria que, diferentemente da teoria tradicional, positivista, denunciada por Horkheimer, permita uma práxis social voltada para um conhecimento reflexivo e uma práxis política que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes. A intenção é propor uma teoria que livre o homem dos dogmatismos e que contribua para sua emancipação”. (TENÓRIO, 1998, p. 12)

Webering (2010) salienta que a preocupação principal dos frankfurtianos é analisar os mecanismos de dominação na sociedade, afirmando:

“Os frankfurtianos tentaram integrar a razão prática e a razão teórica; para eles, conhecimento e interesses são inseparáveis. Manter as diferenças existentes na sociedade, que os mecanismos da teoria tradicional perpetuam, é ser conivente com esse tipo de conhecimento e alheio à realidade. Assim, a tarefa do teórico crítico é identificar as contradições sociais, fazendo uma análise que estimule a mudança”. (TENÓRIO, 2000, apud WEBERING, 2010, p. 145)

Nesse contexto, considerando-se a racionalidade instrumental colocada pela Escola de Frankfurt, as ações voluntárias podem parecer paliativas a uma conjuntura social excludente, por alimentarem o sistema capitalista para que permaneça como está. Hodiernamente, é sumariamente relevante discutir o papel desenvolvido pelas Organizações Não-Governamentais – ONGs, que fazem parte do chamado “terceiro setor”, este, o qual ainda possui termos e definições imprecisas. Daí, a necessidade e importância do estudo crítico. A obra de Montañó (2010) é baseada em sua tese de doutorado e o livro faz uma interpretação do social em vista da hegemonia neoliberal capitalista, onde propõe um repensar.

Nesse contexto, Montañó (2010) trata da origem norte-americana do termo, cunhado nos EUA em 1978 por John D. Rockefeller III, mencionando Landim, que salienta “(...) o terceiro setor não é um termo neutro”, é de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal” (LANDIM, 1999:63; apud MONTAÑO, 2010, p.53). Afirma o autor:

“Seria, portanto, um exercício de ingenuidades pensar que a origem norte-americana do termo e sua relação com instituições ligadas diretamente ao grande capital sejam apenas dados de curiosidade. O conceito “terceiro setor” foi cunhado

por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia. Assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”, o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). (MONTAÑO, 2010, p.53)

O autor coloca as várias debilidades do termo, por significarem coisas diferentes, entidades variadas, por ser confuso, mas sobretudo, por não ter um consenso sobre o termo. Montañó (2010) nos ensina que “(...) o conceito “terceiro setor” se expande recentemente, nas décadas de 80 e 90, a partir supostamente da necessidade de superação da dualidade público/privado e da equiparação público/estatal” (MONTAÑO, 2010, p.54).

Nesse contexto, prossegue o autor a respeito da setorialização:

“Porém, ao identificar Estado, mercado e sociedade civil, respectivamente como primeiro, segundo e terceiro setores, alguns autores (cf. Rifkin, *in* Ioschpe, 1997:21) observam que o “terceiro setor” na realidade “é o primeiro setor”. Claro, se este é identificado com a sociedade civil e se, historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado etc., há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas; o “terceiro setor” seria na verdade o “primeiro”. (MONTAÑO, 2010, p.54)

Sobretudo, Montañó (2010) aborda questões críticas sobre esse terceiro setor, desmistificando-o, e sedimentando a orientação de que, na verdade, está dentro dos ditames da reestruturação do grande capital, por meio, por exemplo, da flexibilização das relações de trabalho, afastando o Estado das responsabilidades sociais.

Conforme conclui Montañó (2010), esse Terceiro Setor está na verdade perpetuando a miséria e exclusão social, onde as Organizações do Terceiro Setor (que pretendem substituir a sociedade) apenas e tão somente reforçam a pobreza e indulgência, reforçando um assistencialismo há muito defasado e sendo absolutamente funcionais e obedientes ao capital, destruindo a cidadania focada nos direitos sociais conquistados a duras penas.

É possível perceber, conforme nos ensina o autor, que ocorreu uma “instrumentalização da sociedade civil, transformando-a ideologicamente no passivo e funcional terceiro setor”, onde “as ONGs passaram, paulatinamente, a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-os de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular”. (MONTAÑO, 2010, p. 271). Dessa forma, ainda segundo o autor:

“(…) o resultado é a mudança na forma e conteúdo das lutas sociais neste âmbito; mais dócil relação com o capital e com o Estado; despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais agora intermediadas pela ONG” (MONTAÑO, 2010, p. 274).

Nesse diapasão, Montañó (2010) propõe “no curto prazo, no enfrentamento ao

processo neoliberal de reestruturação social (produtiva, comercial, normativa, legal, estatal), e no médio e longo prazo, na transformação da ordem”. Reafirma as lutas desenvolvidas na sociedade civil como “absolutamente necessárias num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana.”, propondo, “a revitalização dos movimentos sociais articulados - e não a sociedade civil – e ressituar a ONG como sua “parceira” – e não do Estado ou da empresa/fundação capitalista”. (MONTAÑO, 2010, p. 274).

Colaborando com o pensamento de Montaña (2010), temos Boaventura de Souza Santos (2013), que apresenta um novo paradigma sociocultural, onde o projeto sócio cultural da modernidade está baseado em dois pilares fundamentais, o pilar da regulação e o pilar da emancipação (SANTOS, 2013, p.100). Esses pilares se relacionam e segundo o autor, o problema está no excesso de promessas:

O excesso reside no próprio objetivo de vincular o pilar da regulação ao pilar da emancipação e de os vincular a ambos à concretização de objetivos práticos de racionalização global da vida coletiva e da vida individual (SANTOS, 2013, p.101)

Nesse contexto, Santos (2013) continua, afirmando que o projeto sociocultural da modernidade coincide com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante e que “o trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, existindo três períodos para o capitalismo (liberal, organizado e desorganizado/atual). Dentro do terceiro período, o atual, se traduz “na natureza profunda das transformações em curso nas sociedades capitalistas avançadas” (SANTOS, 2013, p.103).

Existe um excesso de promessas e um déficit de cumprimento dessas promessas, onde Santos (2013) conclui que “O projeto da modernidade cumpriu algumas das suas promessas e até as cumpriu em excesso, e por isso mesmo inviabilizou o cumprimento de todas as restantes”. Assim, almeja-se um equilíbrio entre os pilares e os princípios. Porém, segundo o autor, o pilar da emancipação foi o princípio organizador de manifestações sociais que se tornaram vocação de globalidade (SANTOS, 2013, p.106).

Nesse espeque, o atual período do capitalismo (desorganizado) padece com muitas formas de organização, sendo que prevalece uma dicotomia entre os pilares. Todas as transformações mencionadas por Santos(2013) levam a crer em uma desregulação global da vida econômica, social e política, onde existe um compromisso irracional e hegemônico neoliberal. Afirma Santos (2013):

“(…) elimina o valor da autonomia dos processos sociais e políticos nacionais no mundo menos desenvolvido e subjuga-os aos interesses dos países centrais sob o pretexto de não haver outro modelo de desenvolvimento (..) (SANTOS, 2013, p.117)

O autor nos ensina que a modernidade nos preparou “mega-armadilhas”, onde energias emancipatórias se transformam em energias regulatórias (SANTOS, 2013, p.120). Dessa forma, a transformação social segue a batuta do projeto político hegemônico, salientando o autor que:

“A tese principal que aqui defenderei é a seguinte: a ideia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de minirracionalidades ao serviço de uma global, inabarcável e incontrolável irracionalidade (SANTOS, 2013, p. 132).

E a saída seria uma pós-modernidade de resistência. Assim, considerando-se uma perspectiva crítica, o voluntariado seria apenas e tão somente uma ação dentro dessa “irracionalidade global”, coadunando com o projeto político dominante. Santos (2013) vai além ao afirmar que vivemos hodiernamente a irracionalidade global da ditadura das necessidades”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbra-se a real necessidade de maiores estudos sobre o Voluntariado. Efetuada toda a pesquisa, com a realização de várias entrevistas com a gestora e funcionários, bem como, com a observação e efetiva participação da rotina vivenciada no trabalho voluntário, pode-se constatar a existência de evidências que demonstram a presença de ambas as racionalidades. Por exemplo, quanto à instrumentalidade, apesar de se tratar de uma associação de voluntariado vinculada a uma atividade legal bem delimitada, que é a doação, existe espaço para a imprevisibilidade. Assim, principalmente no que se relaciona à forma de prestação do serviço voluntário, há um grau de imprevisibilidade, dependendo muito do entendimento pessoal do voluntário e da própria gestora, que afirmou utilizar no dia a dia o bom senso e a intuição, característicos da racionalidade substantiva.

Outrossim, o formalismo, ligado à razão instrumental, não é preponderante dentro da associação, apesar da mesma prezar pela existência de registros. Muito das atividades prestadas pela associação decorre de procedimentos estabelecidos por normas internas e

nacionais, existindo inclusive, uma fiscalização em cima do cumprimento desses procedimentos expressos.

Considerando-se a razão instrumental, analisou-se a eficiência, cálculos, fins, metas e êxito. Com o contexto da reforma constitucional de 1998, com a implantação da eficiência como um princípio expresso da Administração Pública pela emenda 19, todos os órgãos públicos tiveram que cumprir o princípio. No terceiro setor, do qual a associação em análise faz parte, também ocorre o mesmo, como demonstraram as evidências apontadas. A preocupação com a fixação de metas da associação demonstra essa busca pela eficiência.

Uma grande mudança, na atuação da VIDA VIVA pode ser verificada quando se fala no foco no cidadão, analisando-se a satisfação social. Isso porque antes o usuário dos serviços da Associação era visto meramente como doente, destituído de direitos. Isso mudou radicalmente com tentativas de inserção de rotinas focadas no doente e sua família, facilitando a recuperação de sua saúde e de sua família. E, ainda, o beneficiário do serviço assistencial é visto como um colaborador. Conforme mencionou a gestora, o ponto central da associação é o doente assistido e sua família. Quanto ao novo perfil de gestor público, aberto aos anseios da sociedade, é possível verificar a predominância dessa categoria.

Assim, foi possível, principalmente por meio da observação participante diária, perceber as duas racionalidades (instrumental e substantiva) e a “leve” predominância da razão substantiva, a identidade e a subjetividade.

Dessa forma, pode-se concluir que a VIDA VIVA passa por um processo de transição. Porém, muito fortemente ligada à razão substantiva, sendo esta uma das preocupações da gestão do órgão. Existe um híbrido de racionalidades, onde ocorre a interpenetração de ambas, com ênfase para os conceitos e vivências da razão substantiva, que preza por mais valor, do que cálculo.

É sumariamente necessário mencionarmos que o trabalho voluntário está intimamente ligado à razão substantiva, que valoriza as relações mais próximas. É a razão substantiva que nos ajuda a entender o terceiro setor e as associações beneficentes, como a presente, pois possui alto grau de substantividade. Isso porque a gestora, quando questionada sobre objetivos, respondeu que “inicialmente, buscou um propósito substantivo, já que seus pais faleceram de câncer e ela “vivenciou a doença” (como co fundadora da associação). Mas que depois, precisou agir de forma instrumental e competitiva”. Assim, temos o trabalho voluntário voltado à razão substantiva. Aqui encontramos o voluntariado voltado ao entendimento, celebrando consensos, como pauta da democracia, dentro de uma ação gerencial dialógica, sinônimo de gestão social, conforme nos ensina o professor Tenório

(2002).

Nesse espeque, existe uma contradição clara quando se estuda uma associação de voluntariado, a qual passa por um processo de transição no que pertine ao estudo das racionalidades. Isso se dá muito em virtude da própria essência e identidade do trabalho voluntário, somando-se ao fato de que é muito difícil analisar uma associação com tamanho grau desubstantividade/identidade de doação ao próximo, como é o caso da VIDA VIVA. Foi possível concluir junto aos voluntários que toda a história, desde o nascimento, a atual gestão, se faz através de critérios muitas vezes imperceptíveis “aos olhos de quem está de fora”, conforme falas da própria gestora, baseado em uma organização substantiva.

O agir substantivo e o agir comunicativo são o *locus* do trabalho voluntário. Existe a contradição e a dificuldade em administrar e entender o voluntariado, porque “é preciso ver com o coração”, nas falas da própria gestora. Com o fortalecimento da democracia e a superação de dicotomias, como o público e o privado, surgem como uma dimensão da administração pública as ONG’S e as associações, como o locus do trabalho voluntário (terceiro setor), refletindo ações de doação individual, as quais também nos dão retornos por meio de demandas internas e subjetivas.

O voluntariado tem recebido enorme destaque, apesar de ser uma prática antiga, tem novas nuances, como por exemplo, revelar o contexto em que está inserido para verificar mitos e verdades à respeito da transformação social que se propõe (JUNQUILHO, 2001).

O presente trabalho trouxe um exemplo do voluntariado. E da análise feita, pode-se perceber que o voluntariado é um fenômeno recorrente das sociedades contemporâneas, esta sociedade que supre lacunas do Estado e do mercado. Porém, o mesmo pode ser até um problema se considerado sob a perspectiva crítica, onde há hodiernamente instituições em abundância, as quais precisam ser reformuladas ou renovadas, conforme a perspectiva crítica de Montañó (2010) e Santos (2013).

No que pertine às racionalidades e ao gestor público, é possível concluir que vem ocorrendo uma alteração, onde busca-se um administrador direcionado a ambas as racionalidades, almejando tanto a racionalidade instrumental e econômica, quanto a racionalidade substantiva, buscando mais democracia e equidade. E dessa forma, as instituições poderão enfrentar de forma realista os vários problemas sociais das sociedades contemporâneas. Sobretudo, se considerarmos os ensinamentos de Binbenojm (2006), que afirma existir hodiernamente uma hibridez de regimes jurídicos (híbrido administrativo”), e a “(...) interpenetração entre as esferas pública e privada”. (BINENBOJM, 2006, p.20).

**RATIONALITIES PRESENT IN THE VOLUNTEERING ASSOCIATION VIDA
VIVA - VARGINHA / MG**

ABSTRACT

The present work refers to a study about the rationalities present in the "Living Life" - Association of Volunteers of Varginha / MG, which is a civil association of private, charitable, charitable and non-economic social 07/22/1996, enrolled with the CNPJ under No. 01.355.795 / 0001-13, whose purpose is to provide complementary care to cancer patients at the Oncology Center of the Hospital Foundation of the Municipality of Varginha / MG; By focusing on a critical perspective, considering the relationship between the public and private. This article reflects the effort to reconcile the research proposal of the dissertation, namely: "A Study of voluntary work from the Theory of Social Representations - the case of VIDA VIVA Association", with the main focus studied in the discipline "Public Policies in Interfaces Between the public and the private, "which is precisely the tension between the public and the private, which, considering this work, can be identified by a critical perspective. It is important to note the difficulty of distinguishing and directing the public- private binomial, where there is now a tenuous line to guide them, based on globalization and the Polycentric Administration.

Keywords: *Volunteering. Volunteer work. Living Life. Rationalities.*

REFERÊNCIAS

ABRUCCIO, L.F. **Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático:** a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P.K. (Org.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2005 p. 173-200.

ASSOCIAÇÃO VIDA VIVA: A persistência fez nossa história. Disponível em: <<http://www.vidavivavarginha.com.br/historia.asp>> Acesso em 09/05/2016.

BARRETO, C. R. **Sobre a racionalidade humana: conceitos, dimensões e tendências.** In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 17., 1993. Salvador. Anais...

BEZERRA, M. O. **Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1999.

BINENBOJM, G. **Uma Teoria do direito administrativo: direitos fundamentais,**

- democracia e constitucionalização.** Rio de Janeiro, Renovar, 2006.
- CAVALCANTE, C. E. **Motivação no Trabalho Voluntário: Delineamentos de Estudos no Brasil.** Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n38, p.161-182, jul./dez. 2013
- FARIA, J.H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte no Brasil, **CADERNOS EBAPE. BR, v. 7, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, Set. 2009, p. 511- 515.**
- FRAGA, P. 1995. “As ONGs no Espaço Público: Uma Trajetória de Mudança” .
Dissertação de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A Sociologia de Max Weber (sua importância para a teoria e a prática da Administração).** Revista do Serviço Público , v. 57, n.2, p. 267-282, 2006.
- _____. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- _____. **Administração e Contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração.** Rio de Janeiro (RJ):FGV, 1983, 2ed
- JUNIOR, O. L. M. Outubro 2014. “Gestão do Voluntariado em Organizações não Governamentais” Dissertação de Mestrado, FACCAMP, Faculdade Campo Limpo Paulista/Mestrado em Administração.
- JUNQUILHO, G. S. **Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”** . Gest. Prod. Vol.8 nº3, p. 304-318, São Carlos Dec. 2001doi:10.1590/S0104-530X2001000300007
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6 ed. 2010, Ed. Cortez, São Paulo.
- OLIVEIRA, V.C.S. **Modelos de administração pública.** In: SANÁBIO, M. T.; SANTOS, G. J.; DAVID, M. V. (Orgs). **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 09-34.
- OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna.** Ed. Cortez, 2013.
- SANTOS, L.S.; SERVA, M. A tensão entre a Racionalidade Substantiva e a Racionalidade Instrumental na Gestão Pública: novos caminhos de um campo de estudo **EnANPA XXXVII Encontro da ANPAD Rio de Janeiro/RJ, 7 a 11 de setembro de 2013**
- SERVA, M. O Fenômeno das Organizações Substantivas. **Revista da Administração de Empresas.** São Paulo, 33(2):36-43. Mar/Abr.1993.
- _____. A Racionalidade Substantiva demonstrada na prática administrativa, **RAE, Revista de Administração de Empresas** , São Paulo, v 37, n2, p.18- 30, abril/junho 1997a

_____. **Racionalidade e Organizações:** o fenômeno das organizações substantivas. Volumes I e II. São Paulo: FGV, 1996. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TENÓRIO, F.G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n.5, p.07-23, 1998.

WEBERING, S.I. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas** – Ano 5, nº 4, out/dez/2010, p.139/152.